# ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XVII Nº **70** Julho/Agosto/Setembro 2010
ISSN 0104-8503

## ADB OUVE CANDIDATOS

**Devido a mudanças ocorridas no sistema de informações do Ministério das Relações Exteriores, solicitamos que os associados informem o novo endereço eletrônico para que possamos atualizar a lista para envio de nossa correspondência.**

O Boletim deste trimestre inicia com as respostas às perguntas formuladas pela ADB à candidata Marina Silva sobre o capítulo "política externa" de seu programa do governo. A candidata ressalta que "o Brasil, como oitava economia do mundo, que caminha rapidamente para integrar o conjunto de países com alto índice de desenvolvimento..... deve, também, cooperar com outros países para o fortalecimento de fóruns multilaterais, como o G-20, na área de governança da economia internacional, e a ONU, na área da manutenção da paz e da segurança internacional". E acrescenta: "O Brasil deve ter papel ativo na eliminação das barreiras e distorções que prejudicam o livre comércio ... deve, ainda, participar ativamente dos debates para a criação de uma Organização Mundial Ambiental".

Até o fechamento desta edição, a ADB não recebeu as respostas às perguntas formuladas ao candidato José Serra.

Conforme anunciado no Boletim precedente, o Embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti concedeu-nos entrevista a respeito de sua recente eleição como membro da Academia Brasileira de Letras.

O professor José Flávio Sombra Saraiva, PhD pela Universidade de Birmingham, professor titular de Relações Internacionais na UnB, pesquisador 1 do CNPq, presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABR) e membro do Comitê Internacional de História das Relações Internacionais, autor de 14 livros a respeito de temas internacionais e de política externa do Brasil, destaca que: "O Brasil soube glosar a construção da nação com a busca de autonomia externa por cooperação. É um patrimônio a ser conservado e renovado com ousadia e grande prudência".

Desta vez, foi o Embaixador de Angola que, com muita solicitude, se dispôs a falar das relações entre seu país e o Brasil. Nessa entrevista, o Embaixador Leovigildo da Costa e Silva registra que, entre 2002 e 2008, o intercâmbio angolano-brasileiro elevou-se mais de vinte vezes, passando de US$ 211 milhões para US$ 4,2 bilhões, o que faz de Angola um dos principais parceiros do Brasil na África.

Até um passado não muito longínquo e na falta de número mais significativo de "brasilianistas" brasileiros, os trabalhos e as pesquisas dos chamados "brazilianists" foram destacadas fontes de referência de temas brasileiros. De lá para cá, tudo mudou, pois crescente é o número de pesquisadores e estudiosos brasileiros e crescente é a qualidade de suas publicações que, assim sendo, passaram a ser documentação de referência para os atuais "brazilianists". Tal ocorrência, aliada ao adensamento do peso específico do Brasil, ampliou o interesse de instituições estrangeiras universitárias e outras por temas brasileiros. Nesse contexto, realizou-se, em Brasília, de 22 a 24 de julho passado, o 10º Congresso Internacional da Brasa (Brazilian Studies Association). Foram ministrados 150 painéis e sessões de comunicação, entre elas a mesa de destaque "As relações EUA-Brasil: uma conversa entre o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, e o Embaixador dos Estados Unidos, Thomas Shannon".

Como convém ao leitor do Boletim da ADB ter o mais amplo conhecimento possível de assuntos que interessam, direta ou indiretamente, à política externa do Brasil, incluiu-se nessa edição matéria sobre o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.

Educação a distância. Eis um assunto de especial interesse para os Diplomatas brasileiros e suas famílias, em particular para aqueles lotados em Postos problemáticos no que se refere principalmente à educação dos filhos.

Em sua edição anterior, o Boletim tratou do peso da indústria da moda no Brasil. Na presente edição está posta em revelo a indústria brasileira de cosméticos que, em 2009, registrou vendas na ordem de US$ 28,4 bilhões e tornou-se, desta forma, a terceira maior podutora do setor no mundo.

A tradicional e sempre tão interessante "Prata da Casa" encerra este Boletim.

**Guy M. de Castro Brandão**
*Presidente da ADB*

Sumário


## Entrevista

**7**
O embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti conta o que muda agora que tornou-se o mais recente integrante da Academia Brasileira de Letras

## Artigo

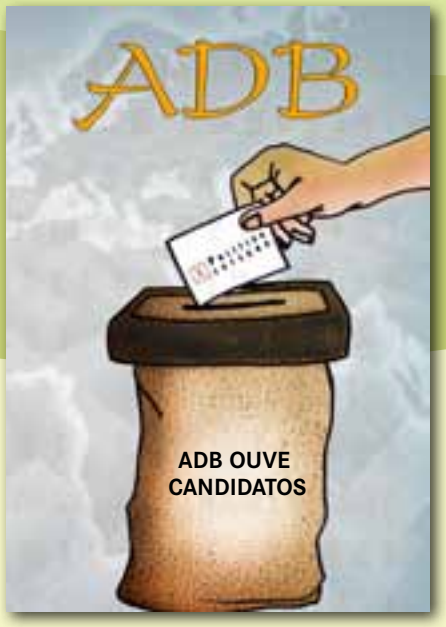
**12**
O professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília José Flávio Sombra Saraiva avalia que o ativismo diplomático na Era Lula ampliou o raio de ação do País

## Angola

**15**
O embaixador de Angola, Leovigildo da Costa e Silva, afirma que há espaço para o empresariado brasileiro na reconstrução de seu país

## Brasa

**17**
A Brazilian Studies Association promoveu seu 10º congresso em Brasília. A presidente da Brasa, professora Peggy Sharpe, concedeu entrevista ao **Boletim da ADB**




## Eleições

**4**
A candidata Marina Silva defende maior participação brasileira em organismos internacionais, comércio sustentável e defesa dos direitos humanos.

## Latino-Americanos

**19**
Conheça o trabalho do Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos, que promove estudos sobre as situações econômicas e políticas por quais passam atualmente os países sul-americanos

## Educação a Distância

**21**
Assim como Reino Unido e Espanha fizeram na década de 70, Brasil e outros países latino-americanos começam a investir na educação a distância

## Cosméticos

**25**
Em 2009, a indústria brasileira de cosméticos registrou vendas na ordem de US$ 28,4 bilhões e tornou-se a terceira maior produtora do setor no mundo

## Prata da Casa

**27**
A seção indica o título *Fronteira Iluminada: História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul,* do diplomata Fernando Cacciatore de Garcia

# "HÁ INÚMERAS DISTORÇÕES QUE PRECISAM SER CORRIGIDAS"

Valter Campanato / ABR

Para a candidata do Partido Verde, Marina Silva, o Brasil precisa ser um veemente defensor da democratização das organizações e dos regimes internacionais para não ser prejudicado por "regras do jogo desiguais"

Para Marina Silva, grande parte dos problemas enfrentados hoje no sistema internacional tem origem na falta de legitimidade de suas instituições. A candidata acredita que pesos desequilibrados dos poderes de voto em instituições como o FMI e o Banco Mundial ou a existência de poderes de veto sem adequada representação, como ela julga acontecer no Conselho de Segurança da ONU, são "exemplos de distorções que precisam ser corrigidas".

A candidata afirma também que o Brasil deve avaliar a participação em organizações e regimes internacionais dos quais não faz parte, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Convenção sobre Munições de Fragmentação.

Marina Silva é enfática nas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico sustentável. Em seu programa de governo, a candidata afirma que o Brasil deve participar ativamente dos debates para a criação de uma Organização Mundial Ambiental que consolide as regras internacionais voltadas à sustentabilidade.

Para Marina Silva, nosso país deve liderar o esforço internacional de implementação dos compromissos estabelecidos na Rio-92, especialmente aqueles relacionados ao combate da mudança climática. A ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula também defende a solidariedade com os países menos desenvolvidos e considera que é dever do Brasil apoiá-los para que alcancem as Metas do Milênio. Leia a seguir as opiniões da candidata Marina Silva sobre política externa.

**Qual sua visão do Brasil como potência internacional?**

O Brasil, como oitava economia do mundo, que caminha rapidamente para integrar o conjunto de países com alto índice de desenvolvimento, deve basear suas ações na solidariedade com os menos desenvolvidos, apoiando-os especialmente no alcance das Metas do Milênio, por meio de cooperação econômica e técnica, capacitação e assistência humanitária. Deve, também, cooperar com outros países para o fortalecimento dos fóruns multilaterais, como o G-20, na área de governança da economia

internacional, e a ONU, na área de manutenção da paz e da segurança internacional.

O Brasil deve, sempre levando em conta os princípios fundamentais de sua política externa e seus objetivos de longo prazo, avaliar a participação em organizações e regimes internacionais dos quais não faz parte, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Convenção sobre Munições de Fragmentação.

O Brasil deve ter papel ativo na eliminação das barreiras e distorções que prejudicam o livre comércio. Para isso, deve se valer dos instrumentos que a globalização jurídica lhe oferece, seja no âmbito multilateral (OMC), seja no âmbito regional (Mercosul).

Devido à crescente interação entre os objetivos de crescimento econômico, desenvolvimento, promoção da paz e proteção do meio ambiente, o País deve, ainda, participar ativamente dos debates para a criação de uma Organização Mundial Ambiental que consolide as regras internacionais voltadas à sustentabilidade.

**Quais as diretrizes da sua política externa?**

Em nosso programa de governo, apontamos cinco diretrizes:

*a. Cooperação e solidariedade* – A globalização aumentou a interdependência dos povos e nações e, com isso, a necessidade de encontrar soluções globais para problemas de toda natureza: locais, nacionais, regionais e globais. Nas duas últimas décadas, assistiu-se a uma "globalização do Direito", por meio da proliferação e do fortalecimento de organizações e regimes internacionais, como o de comércio (com a criação da OMC) e o de mudança do clima (com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto). Nesse novo cenário, a relação entre Estados deve ser regida pela cooperação e pelo respeito às regras e instituições criadas em conjunto pelas nações, e não pelo uso da força ou por posturas unilaterais.

*b. Legitimidade e democracia* – Apesar dos avanços nas regras internacionais desde o fim da Guerra Fria, os mecanismos de governança global existentes ainda são insuficientes. Grande parte dos problemas enfrentados hoje no sistema internacional tem origem na falta de legitimidade de suas instituições. Por isso, é preciso que o Brasil, muitas vezes prejudicado por essas "regras do jogo" desiguais, seja um veemente defensor da democratização das organizações e regimes internacionais.

Há inúmeros exemplos de distorções que precisam ser corrigidas: pesos desequilibrados dos poderes de voto (como no caso do FMI e do Banco Mundial), existência de poderes de veto sem adequada representação (como no Conselho de Segurança da ONU) e desigualdade no cumprimento de obrigações internacionais (como ocorre com as metas de desarmamento do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares). Essas instituições, ao ser vistas como pouco legítimas, são pouco respeitadas. Para aumentar sua efetividade, portanto, é preciso aprimorá-las e democratizá-las.

*c. Sustentabilidade* – Se a interdependência nos leva a ter de investir na cooperação internacional, nenhum tema é tão "globalizado" quanto a sustentabilidade. O Brasil deve liderar o esforço internacional de implementação dos compromissos derivados da Rio-92, em especial o combate à mudança do clima, pelo risco que representa tanto para o País como para a imensa maioria dos países mais pobres do planeta.

Devemos dar o exemplo, incentivando internamente e entre nossos parceiros a economia de baixo carbono, aproveitando as vantagens comparativas do País e transformando-as em vantagens competitivas. Esta é uma oportunidade inédita de o Brasil sair na frente e se posicionar de forma privilegiada no cenário mundial, dando um passo fundamental na direção de garantir a prosperidade de nossas gerações futuras.

*d. Paz e direitos humanos* – O Brasil não pode, em nenhuma hipótese, abrir mão da defesa da paz, princípio básico de nossa política externa, como mostra nossa Constituição e nossa tradição. Devemos continuar sendo exemplo do convívio pacífico de diferentes etnias e religiões, procurando refletir e propagar essa experiência em nossas relações internacionais.

Além disso, o Brasil deve ter uma posição firme na defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, deve adotar, considerando sempre o princípio da não intervenção, postura crítica com relação a países que violem esses direitos e, ao contrário do que tem acontecido, o País não deve relativizar esses princípios em suas relações de Estado.

*e. Comércio mais livre, mais justo e mais sustentável* – O comércio internacional é, comprovadamente, uma fonte de geração de riqueza. A abertura comercial, se complementada por políticas que suavizem o ajuste econômico e social para os setores mais afetados, é um poderoso instrumento de combate à pobreza. Além disso, o Brasil deve aperfeiçoar seus mecanismos domésticos de combate a práticas desleais e ilegais de comércio, como *dumping*, subsídios, contrabando e descaminho, mas sempre de acordo com as regras internacionais.

O livre comércio, entretanto, não pode ser apoiado quando estimula processos e métodos produtivos baseados na degradação ambiental ou avessos aos compromissos do País relacionados a padrões trabalhistas, expressos nas convenções da OIT. Os direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição e o esforço brasileiro para a criação de uma economia de baixo carbono não podem ser sacrificados. Ao contrário, devem ser defendidos e transformados em vantagens competitivas. Para tanto, o Brasil deve defender a criação de novas regras sobre esses temas no âmbito da OMC e deve desenhar novos instrumentos de promoção das exportações que valorizem a sustentabilidade de produtos e serviços

**Quais as razões dessas diretrizes?**

A política externa brasileira deverá ser pautada por princípios fundamentais, como a manutenção e a promoção da paz e da segurança internacional, que devem ser defendidos e respeitados nas relações internacionais. Ao dirigir sua política externa com base em princípios sólidos, e não em conveniências imediatas, o Brasil deve passar a ser visto como uma nação coerente, que abraça as causas corretas, respeita o Direito Internacional, lidera pelo exemplo e, assim, fortalece seu poder de persuasão e sua influência no cenário internacional. Embora a solução negociada deva ser sempre priorizada, deverão ser utilizados todos os mecanismos legais que permitem ao Estado brasileiro sua defesa em situações de conflito.

José Cruz / ABR

Mariana Bueno

# DIPLOMATA E IMORTAL

Mais recente integrante da Academia Brasileira de Letras, o embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti fala para o **Boletim da ADB** sobre sua relação com a literatura

Talento, dedicação e amizade foram o passaporte para o ingresso do embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti na Academia Brasileira de Letras. Eleito no dia 2 de junho para ocupar a cadeira número 29 da instituição, o diplomata obteve 20 dos 39 votos possíveis, reflexo da desenvoltura com que já participava das atividades e eventos promovidos pela academia.

Apresentado ao ambiente literário pelo amigo de juventude, ocupante da cadeira 27 da Academia, o professor Eduardo Portella, Cavalcanti reencontrou na ABL vários colegas do Itamaraty, como Alberto Costa e Silva, Sérgio Paulo Rouanet, Sérgio Corrêa da Costa e Affonso Mello Franco.

Nascido em 6 de fevereiro de 1929, no Recife, Geraldo Holanda Cavalcanti serviu o Brasil em Genebra, Washington, Moscou, Hong Kong e Bonn, além de ter sido nomeado embaixador na Unesco. Depois de sua aposentadoria, foi representante pessoal da Presidência da República no governo Itamar Franco.

## CARREIRA LITERÁRIA

O embaixador começou a carreira de escritor por meio da poesia. Aos 35 anos, o então segundo-secretário publicou seu primei-

ro livro, *O Mandiocal de Verdes Mãos*, um "comentário poético" às *Primeiras Estórias de Guimarães Rosa*, de quem era colega de diplomacia e de letras. O título mais recente, *As desventuras da Graça*, foi publicado em 2010.

Entre o primeiro e o último título passaram-se 46 anos, nos quais Cavalcanti escreveu outros dez livros, dedicando-se à poesia, aos contos e ao ensaio. Também publicou diversos textos em revistas e coletâneas, além de traduzir grandes nomes da poesia italiana do século XX.

Com os livros, vieram os prêmios. O primeiro foi recebido na Itália, em 1998: o *Premio Internazionale Eugenio Montale*, o mais importante daquele país, pela e tradução da obra do poeta Eugenio Montale. No ano seguinte, recebeu o Prêmio Paulo Rónai de Tradução, da Fundação Biblioteca Nacional, pela antologia bilíngue de Salvatore Quasimodo.

No ano 2000, recebeu da União Brasileira de Escritores o Prêmio Fernando Pessoa, por sua própria obra como poeta. Oito anos depois, foi finalista do Prêmio Jabuti 2008 na categoria Melhor Livro de Contos e Crônicas. Em 2006, a Academia Brasileira de Letras lhe concedeu o Prêmio de Tradução pelo ensaio-literário e tradução de *O Cântico dos Cânticos*.

**Sua relação com a Academia Brasileira de Letras é antiga. O que muda agora?**

Geraldo Holanda Cavalcanti - Devo minha entrada para a Academia a Eduardo Portella, que conheci quando estava no último ano do curso na Faculdade de Direito do Recife e ele era calouro. Iniciou-se ali uma amizade que perdura há mais de meio século. Foi Eduardo que me fez publicar meus primeiros livros, que me animou a entrar para o PEN Clube. Quando, aposentado, regressei ao Brasil definitivamente, convenceu-me a entrar para a Academia. Comecei a frequentá-la por curiosidade e interesse intelectual. Ali encontrei amigos, vários colegas do Itamaraty (Alberto Costa e Silva, Sérgio Paulo Rouanet, Sérgio Corrêa da Costa, Affonso Melo Franco) e criei inúmeras amizades. Não tinha planos quanto a pertencer à Academia, mas, de repente, me vi tão bem acolhido e por tão numerosos acadêmicos, que pareceu natural candidatar-me. Em 2006, cheguei a apresentar-me, mas, ao ver que competiam pela mesma vaga alguns diletos amigos, retirei meu nome. Esse convívio com a ABL era tão permanente e estreito que cheguei a participar de eventos importantes, como único orador não acadêmico no ciclo dedicado a rememorar os presidentes da Academia, convidado pelo então presidente Cícero Sandroni.

O que muda é que, agora, perderei minha qualidade de observador da ABL para dela tornar-me participante. A Academia é hoje um celeiro de atividades culturais e, certamente, terei a oportunidade de emprestar os meus esforços, e a costumeira dedicação com que sempre exerci todas as funções que me foram conferidas, a alguns de seus programas e projetos.

**O senhor publicou seu primeiro livro aos 35 anos. Qual a sua relação com a literatura até então?**

GHC - Sempre fui um compulsivo leitor e tive sempre grande admiração pelo domínio da escrita. Aos 14, 15 anos lia os clássicos brasileiros (Machado, José de Alencar, Lima Barreto, os poetas românticos e parnasianos), o que aparecia dos novos escritores no País (José Lins do Rego, José Geraldo Vieira, Otávio de Faria, Graciliano Ramos) e muito da literatura universal em tradução (Tolstoy, Guy de Maupassant, Victor Hugo). Um pouco mais adiante, já podendo ler em francês e inglês, lia Romain Rolland, François Mauriac, Georges Bernanos ou Charles Dickens, Fenimore Cooper, James Hilton. Escrevia para mim mesmo, diários de início, nos quais procurava registrar, com capricho, o que minhas leituras me sugeriam. Bom aluno nas classes de português, minhas composições eram elogiadas. Quando se precisava de um orador que falasse pela turma, pelo colégio e até, uma vez, pelos secundaristas recifenses numa homenagem prestada aos calouros universitários, era sempre o escolhido. Mas não tinha a ambição ou pretensão de tornar-me escritor.

**De onde veio o interesse pela poesia?**

GHC - Escrevi poemas desde

menino, como todo mundo que se preza, mas, talvez, com um pouco mais de disciplina e atenção. Minha poesia era toda metrificada, lírica como a dos românticos, ou pedante como a dos parnasianos. Ligada às minhas experiências amorosas, sofriam com as desilusões frequentes. Foram todas para a cesta de papel. A descoberta do verso livre se deu pela leitura de poemas de Abgar Renault, que me abriram mais largos horizontes. Confesso que demorei a ler Bandeira e Drummond. Quando o fiz, senti muito mais afinidades com o pernambucano do que com o mineiro. Mas penso que só passei a levar a poesia realmente a sério quando li Ezra Pound, já diplomata e vivendo em Washington. A partir daí não só me apliquei à leitura da grande poesia, sobretudo à das línguas inglesa e francesa, como passei a exercer conscientemente maior vigilância no que eu próprio escrevia. Li muito sobre poesia, a melhor crítica da época (Eliot, Isaacs, Auden, Blackmur, Empson, Babette Deutsche, Robert Graves, Mario Praz, uma infinidade). 1964 foi um marco decisivo. O reconhecimento que me concederam Eduardo Portella, Guimarães Rosa, João Cabral e José Guilherme Merquior, ao ser publicado o meu primeiro livro, *O Mandiocal de Verdes Mãos*, sustentou, por anos, minha produção disciplinada, recolhida, em parte, na minha *Poesia Reunida*.

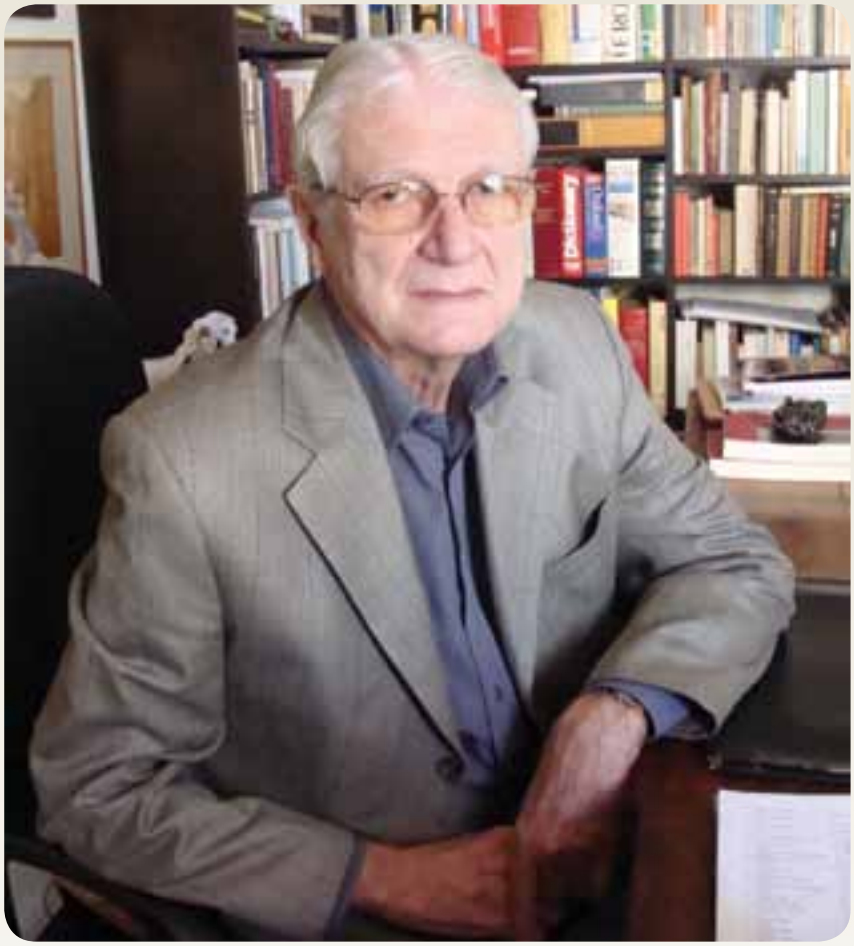
**E a poesia italiana, como entrou em sua vida?**

GHC - Por acaso. Era embaixador junto à Unesco, em Paris, quando, oferecendo um almoço a um galerista milanês que havíamos conhecido na Tunísia, ganhei de presente as obras de Montale e Quasimodo, da coleção I meridiani, o equivalente italiano da *Bibliothèque de la pléiade*. Meus conhecimentos da poesia italiana estavam reduzidos à época ao que havia lido de Dante, Petrarca e Guido Cavalcanti, em traduções inglesas. Fiquei fascinado pela musicalidade da poesia moderna daqueles dois grandíssimos poetas. Queria ir fundo nelas e comecei a traduzi-las como forma de nelas penetrar aos seus limites. Daí por diante não parei mais de lidar com a poesia italiana do século XX. Dois fatos foram decisivos para conservar esse apreço particular. O incentivo foi dado por Luciana Stegagno Picchio, reconhecida crítica literária italiana e a maior expert em língua portuguesa e literatura brasileira, que escreveu as introduções para as traduções que fiz dos dois poetas italianos, e por ter recebido o *Premio Internazionale Eugenio Montale 2008*, concedido anualmente pelo *Centro Internazionale Eugenio Montale* a renomados tradutores de poesia italiana para língua estrangeira. Depois, não parei mais e vieram Giuseppe Ungaretti, Umberto Saba, Lalla Romano, Sandro Penna, Attilio Bertolucci, Cesare Pavese. E vou continuar. Tenho planos para um livro sobre os 10 melhores poetas italianos do século XX. Aí estarão os oito já traduzidos, de preferência com poemas inéditos em tradução, e outros, como Giorgio Caproni e Mario Luzi, que presidiu o júri que me premiou.

**Confesso que demorei a ler Bandeira e Drummond. Quando o fiz, senti muito mais afinidades com o pernambucano do que com o mineiro. Mas penso que só passei a levar a poesia realmente a sério quando li Ezra Pound, já diplomata e vivendo em Washington.**

**No livro *Memórias de um Tradutor de Poesia*, o senhor fala sobre as dificuldades de captar a essência do que o autor quis passar. O senhor se sente coautor das poesias quando as traduz?**

GHC - A questão da tradução de poesia é das mais polêmicas no mundo da crítica literária. Há de tudo. Mesmo reconhecendo suas extremas dificuldades, sou dos que nela acreditam. É claro que o poema traduzido é outro poema e só estará à altura do original se funcionar como poema. O maior elogio que recebi em minha obra como tradutor foi de Luciana Stegagno Picchio, que, da tradu-



ção de um poema de Montale por mim feita, disse ler-se como se fosse um original.

**Além da poesia, o senhor transita com desenvoltura por gêneros como o conto, o ensaio e mais recentemente a ficção. O que cada gênero exige e ensina ao senhor?**

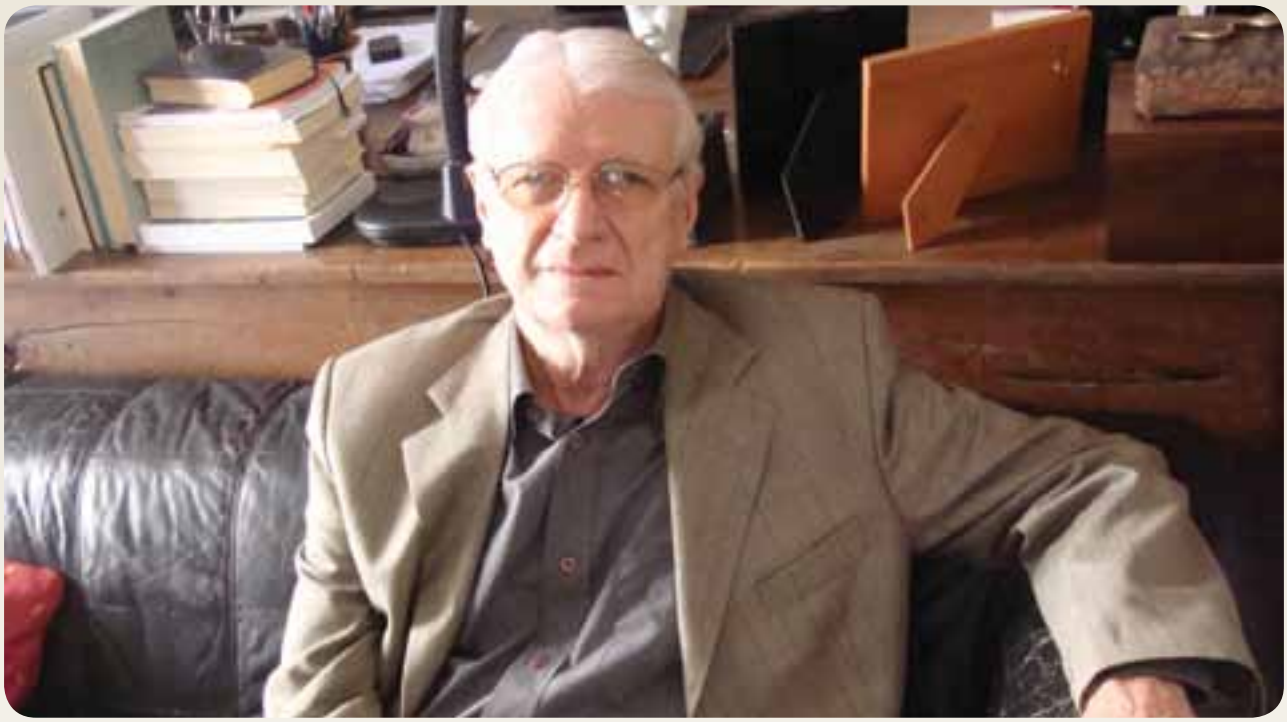
GHC - Cada gênero tem sua linguagem específica. Linguagem aí quer dizer certa atitude intelectual, um modo de colocar-se perante a escrita. No escritor esses modos podem se superpor, ou se alternar. Cheguei ao ensaio partindo da poesia e, mais especificamente, da tradução de poesia. Foi a experiência com os problemas da tradução que me levou ao estudo filológico de o *Cântico dos Cânticos*, em que analisei e comparei uma meia centena de traduções do famoso livro bíblico entre as que foram feitas para o latim, o português, o inglês, o francês, o italiano e o espanhol. O conto me atrai por sua grande dificuldade, que é a brevidade do texto. Tudo tem de fazer sentido, a história tem de fechar-se num ciclo de poucas páginas, sem que nelas nada falte ou sobre. Já os vinha escrevendo, esporadicamente, desde os tempos em que servi em Brasília, na década de 1970. Mas só 30 anos depois pude retomar o fio. O elogio que deles fez Moacyr Scliar, ao escrever do que lhe serve de título que merece ser aplaudido de pé, é um grande estímulo para continuar no gênero. Mas é, também, um imenso desafio.

Quanto ao que você chamou de ficção, creio estar se referindo ao meu mais recente livro, *As desventuras da graça*. Fez bem em chamá-lo de ficção. Venderia melhor do que está sendo vendido, colocado nas livrarias entre os livros de memórias, de mais reduzido interesse pelo grande público. É, na verdade, uma memória-ficção, na medida em que toda memória é seletiva e com as recordações construímos, de fato, um passado fictício. *As Desventuras* tratam da evolução intelectual e espiritual de um jovem provinciano, oriundo de uma família supercatólica, e de sua perda da fé. É, num certo sentido, um livro de iniciação, o itinerário de uma conversão com sinal negativo. Um amigo o chamou de "antidescoberta do outro", o que é compreensível para quem leu o primeiro livro de Gustavo Corção.

**Qual a influência da diplomacia em sua obra?**

GHC - Dupla. Positiva, por um lado. Negativa, por outro. Positiva porque me deu a oportunidade de ampliar consideravelmente meus horizontes intelectuais, espirituais e morais. Morei em dez países diferentes, sempre em cidades de grande

Mariana Bueno



vigor literário, embebi-me de seus idiomas, de suas culturas, de seus costumes. Convivi com pessoas de extraordinária qualidade. E, no próprio exercício da profissão, aprendi muito no que diz respeito a entender as pessoas, a olhar os fatos com agudeza, tentar compreender diferentes pontos de vista e legítimos interesses. Negativa porque, no meu caso, a profissão diplomática foi muito absorvente. Estive em postos exigentes e vivi momentos delicados que requereram de mim uma abnegada atenção. Posso dizer que não tive tempo para a literatura enquanto vivi como diplomata. Escrevi alguma coisa, aqui ou acolá, mas tudo para as gavetas. Só depois de aposentado, comecei a atender, verdadeiramente, à minha vocação de escritor.

**O senhor conheceu Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto? Foram amigos? Como eles influenciaram sua obra?**

GHC - Fomos amigos, mas nunca companheiros. Nunca servimos ao mesmo tempo num mesmo lugar. Encontrávamo-nos com raridade. As afinidades literárias era o que nos tornava amigos. Foi a leitura dos livros de Guimarães Rosa, as conversas que com ele tive, algumas vezes, na Secretaria de Estado, que me levaram a escrever *O mandiocal de verdes mãos*, um comentário poético às suas *Primeiras Estórias*. Dele recebi um elogio que até hoje me comove quando lhe enviei de Moscou o meu *O elefante de Ludmila*. Com João os contatos foram ainda menores. Mas nos conhecíamos através da poesia e, por algum tempo, recebi dele uma influência claramente revelada no que escrevi enquanto vivia em Moscou. Reconheço ter sido minha poesia da época atingida por aquele "fundo e insidioso poder de contaminação estilística" do poeta pernambucano, de que fala Ivan Junqueira. E isso me faz lembrar um episódio ocorrido em Berna, durante um jantar que João, então encarregado de negócios, ofereceu a Juscelino Kubitschek, já cassado e exilado, ao qual eu, de passagem por Genebra, fui convidado. Comentando a poesia que se escrevia no Brasil, João dividiu os autores entre os poetas do "sim" e os do "não". Poetas do "sim" eram os da celebração, como Augusto Frederico Schmidt e Jorge de Lima. Poetas do "não", os críticos de si mesmos e de sua arte. Entre eles se colocava e me colocou, para grande confusão minha nas circunstâncias.

Josep Altarriba

# POLÍTICA EXTERNA E ACADEMIA NO BRASIL

José Flávio Sombra Saraiva[1]

A política externa do Estado democrático é expressão ampliada da interna, embora a primeira não seja simplesmente extensão da segunda. A externa deve expor as áreas de consenso dos interesses nacionais, os valores históricos da nação e agir de forma mais dilatada no tempo. Move-se a política externa, primordialmente, no campo do mediato. Atua com mais racionalidade operacional que as paixões domésticas das lutas partidárias internas.

A política doméstica, mais nervosa e superficial, está mais sujeita às turbulências da pólis. É mais profana que os altos interesses e valores ensaiados pelo Estado em sua inserção internacional. A política externa, no entanto, está mais dependente das condições ambientais do cosmo, do mapa mundial, das mudanças do sistema internacional.

Área em geral sob o controle do príncipe, a política externa não é boa de voto. Os súditos estão em geral preocupados com matérias tangíveis e imediatas. Mesmo em regimes democráticos modernos, a política externa não engorda carreiras políticas de postulantes aos cargos eletivos do Estado, seja no Legislativo, seja nos governos nacionais ou subnacionais. Isso se verifica na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil.

O Brasil tem acumulado positivo na simbiose do jogo político interno com o externo. Aqui o regime político quase não ocupou papel decisivo na racionalidade externa do país. A história da política externa, como nos lembra Amado Cervo, respondeu aos anseios da nação e foi praticada por meios objetivos

1 - José Flávio Sombra Saraiva, PhD pela Universidade de Birmingham, Inglaterra, é professor titular de Relações Internacionais na UnB e pesquisador 1 do CNPq. É atual presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) e membro do Comitê Internacional de História das Relações Internacionais, comendador da Ordem do Rio Branco (MRE) e autor de 14 livros a respeito de temas internacionais e da política externa do Brasil.

que pudemos dispor nas diferentes quadras históricas.

Os militares mantiveram, na ditadura, os padrões pendulares entre uma inserção autonomista e desenvolvimentista, mesmo com abertura de acoplamento aos interesses das grandes companhias internacionais no primeiro governo de 1964. Mas nem o regime autoritário nem a democracia recente de 25 anos atentaram contra o padrão de inserção global do Brasil. Seguiu sendo área responsável.

País novo, calmo, desconfiado de lideranças sem meios, a ensaiar sua maturidade de dois séculos de soberania no sistema das relações internacionais, o Brasil soube glosar a construção da nação com a busca de autonomia externa por cooperação. É um patrimônio a ser conservado e renovado com ousadia e grande prudência.

Não houve mudança radical nos parâmetros na ação internacional do Estado nacional nas relações internacionais no século XX e início do novo século. Soubemos mover o Brasil para um desenvolvimento econômico bastante original ao sul da linha do Equador, uma experiência industrialista razoável, respeito internacional por não sermos um país que se alinha de forma automática às hegemonias dos grandes e por termos construído a fronteira mais pacífica da Terra, desde o encerramento da última guerra de fronteira, há 140 anos.

No momento atual, como em outros períodos históricos, a política externa do Brasil está muito mesclada com a política interna. As razões são múltiplas. Oscilam da visibilidade internacional do chefe de Estado, passam pela ampliação do raio de ação dos interesses brasileiros e da internacionalização de suas empresas, ou mesmo até pela "compra do Brasil" pelo capital global, ou até por novas formas de vulnerabilidade nacionais, como a fraqueza doméstica para financiar novo ciclo altruísta de investimento de futuro.

**País novo, calmo, desconfiado de lideranças sem meios, a ensaiar sua maturidade de dois séculos de soberania no sistema das relações internacionais, o Brasil soube glosar a construção da nação com a busca de autonomia externa por cooperação. É um patrimônio a ser conservado e renovado com ousadia e grande prudência**

Há, no entanto, um ativismo diplomático na Era Lula, que ampliou o raio de ação do País e encetou ênfase a áreas que tinham discreta presença na agenda diplomática do governo anterior. Sublinhe-se a movimentação no Atlântico Sul, em especial na retomada racional e compatível com os interesses brasileiros no continente africano. Capítulo todo especial da política externa do Brasil dos últimos anos, o eixo atlântico, associado ao esforço de interação cooperativa com o meio sul-americano, veio para ficar.

O balanço mais completo desses novos movimentos vem sendo preparado, em várias partes do mundo, em seminários como os que se avizinham em Estrasburgo e Amsterdam, com presença de acadêmicos brasileiros da área de relações internacionais. Valeria dar uma olhada no que a academia brasileira vem estudando, pesquisando e escrevendo acerca do lugar do Brasil no mundo na primeira década do século 21.

Há uma extraordinária produção brasileira de relações internacionais, alimentada por quatro programas de doutorado nessa área, de elevado patamar. E não menos relevante foi a criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (Abri), com sócios de todo o País, que se reúnem a cada dois anos em torno de seminário nacional de professores e pesquisadores. Celebra-se também a implantação de cerca de 100 cursos de graduação voltados para o estudo das Relações Internacionais no País.

As razões do júbilo acadêmico não são irrelevantes. A *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI), publicação brasileira de 53 anos de existência, dedicada aos estudos internacionais, à política externa do Brasil e à inserção de Estados e povos no sistema internacional, passou a figurar ao lado

dos mais relevantes periódicos da área, tais como a *Foreign Policy e a International Affairs*. Não há nenhuma revista no País e na América Latina com semelhante classificação internacional.

Apenas por mérito e juízo acadêmico externo, a RBPI foi incluída na seleta lista dos periódicos com "fator de impacto" e referência internacional. Quem isso decidiu não está sujeito a pressões de interesse ou conversas de pé de ouvido. É como um *rating* da academia, realizada pela prestigiada *ISI-Journal Citation Report*, métrica conhecida pelos cientistas das *hard sciences*, a alimentar perspectivas de mais projeção científica da instituição que mantém o periódico.

Em um país ainda carente de notícias serenas de agregação de valor real ao conhecimento produzido por seus cientistas e povoado por universidades que foram atropeladas por políticas populistas que desviam o sentido histórico de tais instituições, a notícia repõe a confiança no mérito. A RBPI prepara número especial da revista, em edição em língua inglesa, a ser lançada até o final do ano, como o balanço da política externa dos oito anos do governo Lula.

Trata-se de um fato revelador que o Brasil possa contar com uma academia dedicada aos estudos internacionais que amadurece rapidamente. Ela investe na fórmula infalível: a qualidade e a competência. Se no passado forem muito importantes, e seguem sendo, o pensamento diplomático, bem como o estratégico-militar, particularmente produzidos pela experiência prática de diplomatas e militares, a novidade é o adensamento de uma comunidade epistêmica de Relações Internacionais no Brasil.

A comunidade brasileira de Relações Internacionais está nas universidades e institutos de pesquisa e é comprometida com o Brasil, embora fique a impressão de ser pouco ouvida por quem com ela deveria se consultar. Há muita gente que laboriosamente – e às vezes anonimamente – trabalha e ajuda na difícil tarefa de construir o entendimento da nação e de seu papel no mundo.

A bela notícia de que o setor mais exigente de padrões de mérito acadêmico prestigia uma revista científica do Sul expõe a força emergente da comunidade de quase mil professores de Relações Internacionais no Brasil. Tendo como seu centro mais antigo a UnB, que teve a inteligência estratégica de iniciar tais estudos já na década de 1970, hoje esses estudiosos podem se regozijar, colhendo resultados dos investimentos iniciais e do trabalho duro, solitário, difícil, mas compensador, dos professores e pesquisadores que se sucederam desde Cleantho de Paiva Leite, seu fundador, aos quais se deve essa premiação internacional.

**"Trata-se de um fato revelador que o Brasil possa contar com uma academia dedicada aos estudos internacionais que amadurece rapidamente. Ela investe na fórmula infalível: a qualidade e a competência. Se no passado foi muito importante, e segue sendo, o pensamento diplomático bem como o estratégico-militar, particularmente produzidos pela experiência prática de diplomatas e militares, a novidade é o adensamento de uma comunidade epistêmica de Relações Internacionais no Brasil"**

# COOPERAÇÃO GRADUAL E CRESCENTE

Arquivo Embaixada

As relações de cooperação econômica, técnica - científica e cultural, entre a República de Angola e a República Federativa do Brasil, assentam num Acordo Geral de Cooperação, assinado em Luanda, aos 11 de julho de 1980, instrumento jurídico retificado por ambas as partes, que constitui a base fundamental do desenvolvimento da Cooperação Setorial.

Com o objectivo de implementar as diferentes modalidades de cooperação previstas no acordo supramencionado, as partes assinaram acordos, protocolos, convênios e ajustes complementares que permitiram o desenvolvimento da cooperação sectorial.

As relações de cooperação foram obviamente reforçadas, quer em nível institucional, quer empresarial, com a visita ao nosso país do presidente da República Federativa do Brasil, luiz inácio lula da silva, nos dias 3 e 4 de novembro de 2003 e 18 e 19 de outubro de 2007 e o presidente José Eduardo dos Santos a República Federativa do Brasil em 3 de maio de 2005 e 24 de junho de 2010.

O Brasil é um país com o qual temos, tradicionalmente, relação forte e intensa. O Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola, em 1975, e, desde então, desenvolvemos uma cooperação gradual e crescente, cobrindo os mais variados setores, da economia até a cultura. Existe uma natural afinidade histórica e "quiçá" grande espírito de amizade entre as duas sociedades.

Angola é uma nação que tem grande potencial de desenvolvimento. Superada a fase crítica do pós-guerra civil, em 2002, a tendência é que Angola possa se desenvolver cada vez mais e, com isso, gerar mais oportunidades no nosso território, tanto no intercâmbio comercial quanto nos investimentos, nos seus diversos segmentos.

Há espaço enorme para participação do empresariado brasileiro

no gigantesco processo de reconstrução nacional e naturalmente estamos confiantes de que, cada vez mais, os laços vão se fortalecer entre os nossos dois países, não só bilateralmente como também no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Há vários aspectos concretos no desenvolvimento das nossas relações comerciais, Angola tem sete voos semanais LDA-Brasil e vice-versa, significa dizer que todos os dias a nossa Companhia Aérea TAAG transporta, a partir de Luanda, para o Rio de Janeiro ou para São Paulo, num Boeing 777, centenas de passageiros angolanos, brasileiros e não só, que visitam os nossos países por diversas razões, oficiais, culturais, acadêmicas, turísticas etc.

Considerando o incremento das nossas relações, para além da embaixada sediada em Brasília, temos consulados gerais no Rio de Janeiro, São Paulo e também um escritório comercial e uma Casa de Cultura, em Salvador, Bahia, e escritórios da Companhia Angola de Petróleo, Sonangol, no Rio de Janeiro.

É curial referir que o Brasil tem linhas de crédito para Angola, incentivando a importação de bens de serviços e tecnologia brasileira. O setor privado brasileiro, em grande escala, tem participado em projetos de desenvolvimento e reconstrução nacional em Angola, por meio de empresas de renome, aqui, no Brasil.

Entre 2002 e 2008, o intercâmbio bilateral elevou-se mais de vinte vezes passando de US$ 211 milhões a US$ 4,2 bilhões, o que faz de Angola um dos principais parceiros do Brasil na África.

# BRASIL EM ALTA NA ACADEMIA

**Cada vez mais estudantes norte-americanos se interessam em estudar a cultura brasileira, fato que fortalece eventos como o 10º Congresso Internacional da** Brazilian Studies Association

Helyézer Coutinho

"O Brasil está em alta", afirmou em claro português a presidente da *Brazilian Studies Association* (Brasa), professora Peggy Sharpe. Os pesquisadores da associação reuniram-se em Brasília para o 10º Congresso Internacional da Brasa, que aconteceu entre os dias 22 e 24 de julho deste ano.

Este foi o maior congresso já promovido pela associação. Realizado em parceria com o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (Ceppac) da Universidade de Brasília (UnB), o evento contou com a participação de cerca de mil pessoas, entre estudantes e professores. Foram ministrados 150 painéis e sessões de comunicações, entre elas a mesa de destaque *As Relações EUA–Brasil: uma conversa entre o embaixador Thomas Shannon e o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Antônio Patriota.*

Shannon e Patriota falaram sobre temas diplomáticos regionais, como a questão da cooperação militar norte-americana em território colombiano, a recente crise em Honduras, a questão nuclear iraniana e a luta contra a fome. Houve espaço para perguntas dos expectadores e, por fim, os dois diplomatas elogiaram o papel desempenhado pela Brasa na aproximação dos dois países.

A obra literária do atual cônsul brasileiro em Chicago foi tema do painel *A ficção Brasília: a obra de João Almino*, no qual

professores das universidades de Yale, Wesleyan University e Universidade Estadual do Rio de Janeiro comentaram e analisaram a literatura do diplomata. João Almino participou do painel lendo passagens de seus livros.

O evento também homenageou o professor Werner Baer da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, escolhido pela Brasa para receber o Prêmio de Serviço Vitalício aos Estudos Brasileiros durante o congresso. Baer foi responsável pela orientação e pelo intercâmbio de dezenas de estudantes brasileiros e norte-americanos.

A entidade reúne mais 600 acadêmicos das mais diversas nacionalidades e áreas de conhecimento, que atuam em universidades dos Estados Unidos, da Europa e da América Latina. Fundada em 1992, com sede no estado norte-americano do Tennessee, a Brasa realiza congressos bienais para que seus integrantes se reúnam e troquem informações sobre estudos e pesquisas.

Em entrevista ao **Boletim da ADB**, a presidente da Brasa e professora da Universidade da Flórida, Peggy Sharpe, contou com entusiasmo sobre o crescente interesse de seus alunos acerca da cultura brasileira.

**Por que estudar o Brasil?**

Por que não estudar o Brasil? Vocês são o maior país da América Latina, com uma cultura riquíssima, um país com cada vez mais importância no cenário econômico e projeção internacional. O potencial brasileiro é imenso, o que proporciona muito campo de estudo. A história do País também é fonte de pesquisa interminável. Assim como os Estados Unidos, a base da sociedade é composta por três culturas diferentes, mas o Brasil assimilou essas culturas de maneira muito diversa, o que resultou em algo novo, completamente distinto. Há tantas razões para estudar o Brasil que nosso objetivo é atrair cada vez mais estudantes e professores para esse campo.

Helyézer Coutinho

**A presidente da Brazilian Studies Association (Brasa), professora Peggy Sharpe, durante a abertura do 10º Congresso da instituição, em Brasília**

**O fato de o Brasil ser o país-sede da Copa do Mundo Fifa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 atraiu mais associados?**

Sem dúvida. E o interesse está vindo muito mais da parte dos alunos. O crescimento do número de estudantes universitários norte-americanos que procuram as aulas de português e as aulas sobre cultura brasileira está crescendo a olhos vistos. Os temas de maior interesse são futebol e música popular brasileira. Em minhas aulas eu tenho de limitar o número de trabalhos sobre esses assuntos, porque os alunos só querem falar disso. Acredito que essa geração mais nova tem a cabeça muito mais aberta para o que acontece no mundo e isso se reflete na sala de aula.

**Qual o destino dos estudos feitos pelos integrantes da Brasa?**

O propósito é puramente acadêmico. Infelizmente há pouco diálogo entre o Departamento de Estado e as universidades, por exemplo. As pesquisas feitas pelos membros de nossa associação têm o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o Brasil entre os estudantes norte-americanos e contribuir para capítulos de livros e revistas acadêmicas. Nós temos a intenção de um dia publicar nossa própria revista.

# CENTRO BRASILEIRO
## DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (CEBELA)

Como centros de estudo latino-americanos instalados no Brasil desenvolvem projetos econômicos, políticos e culturais com os holofotes voltados para os países latinos

Há pelo menos dez anos, desde a primeira reunião de presidentes latino-americanos no Brasil, as relações brasileiras com os países vizinhos vêm passando por uma profunda transformação – sobretudo no campo da disseminação cultural. Nesse particular, o trabalho realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), fundado em 1982 por intelectuais como o embaixador Antônio Houaiss e o professor Darcy Ribeiro, vem sendo bem difundido nos países da comunidade sul-americana, bem como entre os membros do Mercosul.

Órgão de utilidade pública do estado do Rio de Janeiro, o Cebela tem sido particularmente bem-sucedido em seu movimento de promover a articulação de intelectuais, cientistas sociais e pesquisadores brasileiros com uma série de estudos sobre as situações econômicas e políticas por quais passam atualmente os países sul-americanos. Desde 1997, presta assessoria a prefeituras e órgãos estaduais brasileiros, na área de planejamento de políticas administrativas.

Os estudos conduzidos pelo centro desbravaram diversas vertentes nos últimos 28 anos, das políticas públicas internas à política externa, passando pela democratização das comunicações de massa. Pedro Amaral, editor da revista *Comunicação&Política*, periódico quadrimestral desenvolvido pelo Cebela, argumenta que o papel do centro "é essencialmente contribuir para uma disseminação clara da integração econômica, política e cultural dos povos da América Latina". Seguindo a linha mais promissora das relações internacionais com os países latinos, "a instituição promove a reflexão e a produção de um pensamento democrático, bem como a integração dos intelectuais e teóri-

Arquivo Celacc

Arquivo Celacc

cos latino-americanos, tudo como reza o art. 4º, parágrafo único da Constituição brasileira, lema da revista. Com esse objetivo, advogamos, inclusive, a democratização da comunicação social", completa Pedro Amaral.

A incursão brasileira no cenário das relações internacionais conta também com a contribuição do Centro de Estudo Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), criado na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) em 1996. O centro de estudo, financiado pelos órgãos de fomento à pesquisa Fapesp e CNPq, busca formar parcerias com as universidades dos países latinos para a discussão das melhores maneiras de disseminar o ideário econômico, cultural e político defendidos pela instituição. E, em se tratando de discussão sobre o papel das grandes corporações midiáticas, o Celacc ganha força em instituições como a Universidade de Cuba e a Universidade Central da Venezuela (UCV).

Apesar das diferenças socioeconômicas, o professor Dennis de Oliveira, coordenador-geral do Celacc, acredita na junção ideológica nesse eixo. "Conservamos o diálogo com um sem-número de parceiros em diversas universidades América Latina afora, isso garante a solidez ideológica do Celacc, bem como o pensamento de outros centros de estudos latinos sobre a quebra da hegemonia midiática. É preciso pensar em sistemas sociais que respondam às novas demandas da sociedade e, é graças a nossos esforços que a discussão de temas como educação, cultura, economia e comunicação social é levada adiante", argumenta o coordenador.

Tomando como base as teses da descentralização do poder midiático, o Celacc realizará mais um simpósio internacional de comunicação e cultura na América Latina, o quarto da série, visando a discutir novas diretrizes para aumentar a aproximação ideológica com os países vizinhos. Segundo Dennis de Oliveira, "as discussões serão pautadas por modelos sociais voltados para a qualidade dos meios de comunicação, as diretrizes pós-eleição presidencial brasileira e a democratização da comunicação social na América do Sul".

Para o professor do Celacc Wilton Garcia, importantes caminhos ainda precisam ser abertos nas relações internacionais com os vizinhos do Brasil, sobretudo no ramo educacional.

# TÃO LONGE, TÃO PERTO

Com o objetivo de oferecer oportunidade de formação para quem não tem condições de frequentar instituições tradicionais, os cursos a distância consolidam-se como opção viável de ensino

A atriz Ana Cristina Teixeira não tem rotina. Dias de marasmo são intercalados com semanas cheias de ensaios, apresentações, gravações de propagandas, atividades escolares do filho. Os planos de voltar a estudar eram sempre adiados, pois, quando se matriculava em um curso presencial, faltava aulas por causa dos compromissos profissionais.

A educação a distância foi a saída encontrada por Ana Cristina para enriquecer o currículo e manter-se atualizada no mercado. "Eu estudo nas minhas horas livres, esperando nos ensaios ou depois que meu filho dorme. A flexibilidade que o curso proporciona é uma das principais vantagens do ensino a distância", afirma a atriz, aluna do curso de Gestão Cultural do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Ana Cristina é uma das mais de 2,5 milhões de pessoas que atualmente estudam por meio do computador no Brasil. De acordo com os dados mais recentes da Secretaria de Educação a Distância

do Ministério da Educação (Seed/MEC), houve crescimento de 315% no número de matrículas em cursos de graduação dessa modalidade entre 2003 e 2006, último ano aferido na pesquisa mais recente feita pela instituição.

As principais causas desse crescimento são o avanço da tecnologia e a melhor estruturação dos cursos oferecidos. A internet proporciona a oportunidade de estudantes de todo o Brasil frequentarem o mesmo curso de pós-graduação cujos professores estejam em São Paulo, por exemplo. Além da rede mundial de computadores, os alunos podem ter acesso aos conteúdos por meio de CD Roms, videoconferências, apostilas e videoaulas, além de fax e telefone.

A principal iniciativa brasileira na área de educação a distância é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que tem como prioridade promover a formação universitária de professores do ensino básico que atuam em locais do País onde o acesso ao ensino é um desafio, seja por descaso da administração pública, seja por estar localizados em áreas isoladas ou às quais é muito difícil chegar.

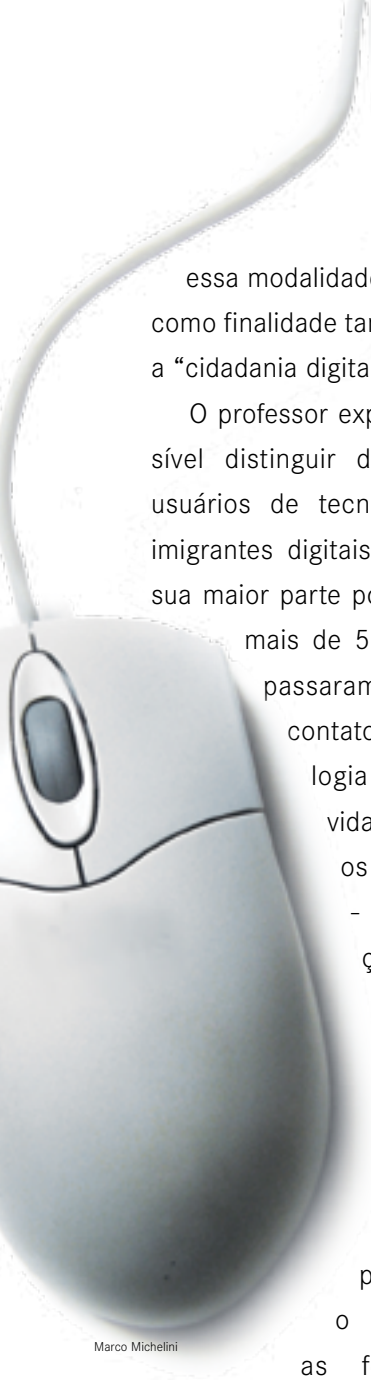
A UAB é um sistema integrado por universidades públicas e funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais. Essa articulação estabelece qual instituição de ensino deve ser responsável por ministrar determinado curso em certo município ou certa microrregião por meio dos polos de apoio presencial. Atualmente, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets). De 2007 a julho de 2009, foram aprovados e instalados 557 polos de apoio presencial e mais de 187 mil vagas foram criadas. O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e empresas estatais.

**A principal iniciativa brasileira na área de educação a distância é a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Sistema UAB é composto atualmente por 88 instituições entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets)**

A Seed/MEC tem investido cada vez mais na área de regulação com o lançamento dos Referenciais de Qualidade para a oferta de cursos na modalidade a distância. Com sugestões da comunidade, foram criadas diretrizes para a elaboração dos instrumentos de avaliação específicos para o credenciamento de instituições e polos de apoio presencial, além de reconhecimento e autorização de cursos de educação superior a distância.

"A EAD no Brasil cresceu rapidamente e necessitou de outro processo, o de supervisão. Estamos, atualmente, supervisionando 38 universidades, o que representa cerca de 80% de todos os alunos dessa modalidade de ensino. Temos um grupo de 350 pessoas andando por todo o Brasil, analisando os polos e o material didático. Estudamos profundamente cada instituição. As universidades estão se adaptando, investindo pesadamente e eu acredito que no final desse processo teremos uma oferta digna que faça que o aluno receba seu diploma e possa exercer sua profissão com dignidade e qualidade", explica o secretário de Ensino a Distância, Carlos Eduardo Bielschowsky.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a instituição que oferece o maior número de cursos a distância e semipresenciais do Brasil. São 169 cursos pelos quais passaram mais de 45 mil alunos de todo o País só em 2009. De acordo com o diretor-executivo da FGV-OnLine, professor Stavros Xanthopoylos, além de transmitir os conteúdos,


Marco Michelini

essa modalidade de ensino tem como finalidade também promover a "cidadania digital".

O professor explica que é possível distinguir dois grupos de usuários de tecnologias: o dos imigrantes digitais, composto em sua maior parte por pessoas com mais de 50 anos, que só passaram a ter maior contato com a tecnologia já durante a vida profissional, e os nativos digitais - as novas gerações, que usam o computador antes mesmo de se alfabetizar. "No ensino a distância, ensinamos ao primeiro grupo o traquejo com as ferramentas e ao segundo qual a melhor maneira de buscar o conhecimento na rede", explica Xanthopoylos.

"Estamos falando de um novo ambiente de comunicação, uma nova dimensão, não é tecnologia aplicada a cursinhos. Estamos falando de um novo meio no qual o ser humano vai suprir sua necessidade de comunicação e de conhecimento", aponta o professor.

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNDO –** Na Europa, os centros de ensino superior a distância são criados com a intenção de promover a inclusão educacional. Na década de 1970, duas das maiores universidades a distância do continente foram criadas: *The Open University*, no Reino Unido, e a *Universidad Nacional de Educación a Distancia*, na Espanha.

O ensino superior do Reino Unido é conhecido pelo altíssimo nível e pela exclusividade. Orgulho dos súditos da rainha Elizabeth, as universidades proporcionam formação de ponta para aqueles que possuem as condições exigidas pela academia bretã. Infelizmente, não é oportunidade para todos. Em 1963, um estudo feito pelo Partido Trabalhista apresentou informações sobre a contínua exclusão das camadas mais pobres da população ao ensino superior. O partido propôs um experimento: uma "Universidade no Ar", que utilizasse as tecnologias do rádio e da televisão para disseminar conhecimento.

A ideia era semelhante à do educador e historiador J.C. Stobart, que em 1926 escreveu um artigo defendendo uma "universidade sem fios". Stobard era funcionário da recém-criada emissora BBC. A parceria que Stobard tinha em mente demorou mais de 40 para se realizar. Em meados da década de 1960, a emissora e o Ministério da Educação do Reino Unido começavam a conversar sobre a "Universidade no Ar". A ideia inicial é que equipes de diversas instituições produzissem conteúdo para uma nova maneira de ensinar a distância.

Desacreditado pelos acadêmicos e pelo forte senso de tradição inglês, o projeto só começou a engatinhar em 1971, quando os primeiros alunos de matricularam. Diretora do *Department of Education and Science* (DES), Jennie Lee, principal articuladora da experiência sabia da resistência que enfrentaria e fez questão

## Faça uma boa escolha

Se optar por fazer um curso a distância ou semipresencial, cheque se ele está regulamentado pelo Ministério da Educação. A Secretaria de Educação a distância do MEC forneceu as seguintes informações:

1º Deve estar formalmente autorizado pelo MEC no caso de curso superior;

2º Consultar no sistema de busca do MEC dos pontos de atendimento aos estudantes (polos) que sejam regulares: www.siead.mec.gov.br;

3º Verificar no MEC e nos órgãos públicos se há denúncias graves ou irregularidades da instituição desejada;

4º Consultar estudantes da instituição para averiguar se há algum problema na oferta dos cursos.

que os padrões de ensino e conteúdo fossem tão altos quanto os de qualquer outra universidade do Reino Unido. "O objetivo da *The Open University* é proporcionar educação de qualidade para aqueles que nunca tiveram oportunidade de frequentar um campus", afirmou Jennie Lee em entrevista para o próprio site da universidade.

Atualmente, a universidade aberta oferece 40 cursos superiores e atende a 150 mil estudantes de graduação e 30 mil estudantes de pós-graduação. Entre esses 180 mil alunos, mais de 25 mil vivem fora do Reino Unido. Grande parte dos cursos da *The Open University* estão disponíveis para toda a Europa. A instituição está focada em sempre buscar metodologias de ensino e novos suportes para o ensino a distância. A internet proporciona diversas oportunidades de inovação e rapidez de transmissão do conteúdo. A biblioteca da universidade recebe mais de 2,5 milhões de visitas por ano.

Na Espanha, a *Universidad Nacional de Educación a Distancia* foi criada por um decreto de lei em 1972. A estrutura inicial era minúscula: reitor, secretária-geral e assessoria de imprensa dividiam uma sala localizada dentro do Conselho Nacional de Educação, no centro de Madrid. Por três décadas, os esforços foram contínuos para alcançar o objetivo de oferecer oportunidade de formação superior à parcela da população que não possuía condições de frequentar as universidades tradicionais.

A Uned é hoje a maior universidade da Espanha. São mais de 160 mil alunos distribuídos em 33 cursos e mais de 50 cursos de formação contínua. Dos três funcionários iniciais, a instituição passou a contar com mais de 10 mil funcionários, entre eles 1,4 mil professores universitários e 6,9 mil tutores. A universidade espanhola possui 2,1 mil alunos que vivem em 11 países nos quais possui centros de apoio, entre eles o Brasil. O centro de apoio da Uned está localizado no colégio espanhol Miguel de Cervantes, na cidade de São Paulo.

A universidade espanhola faz parte da *Asociación Iberoamericana de Educación Superior a Distancia*, entidade que promove a investigação e aplicação de novas metodologias e técnicas para o ensino a distância. Criada há 30 anos, a associação reúne 36 universidades de 13 países. O Brasil está representado por cinco instituições, como a Universidade de Alfenas e a Fundação Universidade de Tocantins.

As novas tecnologias e as melhores maneiras de aplicá-las na disseminação de educação, cultura e conhecimento são os focos dos estudos e discussões de todos os centros que oferecem essa modalidade de ensino. Os profissionais da área trabalham para que os avanços em direção à universalização da educação aconteçam tão rápido quanto o surgimento de novas mídias.

## Atributos necessários para fazer um bom curso a distância

Além do conteúdo do curso escolhido, o aluno que opta pelo ensino a distância precisa aprender, ou exercitar, a disciplina. A vantagem de poder escolher seu horário de estudo exige responsabilidade e força de vontade para evitar a tentação de "deixar para depois". A atriz Ana Cristina Teixeira conta que, além da disciplina, ela aprendeu também a ser mais organizada e a perder a timidez para interagir com os colegas de curso, a maioria dos quais nunca viu pessoalmente. "Quando me vejo adiando as leituras e tarefas, já me repreendo. Tem sido muito bom não apenas para meu curso, mas também para minha vida", afirma ela.

- Disciplina
- Responsabilidade
- Motivação
- Organização
- Desenvoltura
- Curiosidade para buscar conteúdos além dos oferecidos no curso.

# A BELEZA NO MERCADO DE EXPORTAÇÕES

O Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking dos maiores produtores de cosméticos do mundo – atrás somente de Estados Unidos e Japão

A indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, no Brasil não tem do que reclamar. Nem a crise econômico-financeira mundial de 2008 foi suficiente para abalar os resultados do setor – em 2009, registrou vendas na ordem de US$ 28,4 bilhões, e crescimento de 3,2% em relação ao ano anterior. Esse dado é parte de pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec).

Hoje, em termos de consumo e exportação, o Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos, que vendem, anualmente, US$ 58,9 bilhões, e do Japão, com US$ 39,9 bilhões em volume de vendas ao exterior. Os números brasileiros ganham ainda mais força nas exportações para os países da América do Sul.

No embalo do crescimento econômico atual, a pesquisa elaborada pela Abihpec mostra que a indústria brasileira de cosméticos registrou aumento nas vendas externas de 17,8% em janeiro de 2010 em relação ao mesmo mês de 2009. Se comparado aos últimos 15 anos, foi um crescimento médio anual de 10,5%, passando de um faturamento de R$ 4,9 bilhões em 1996 para R$ 24,9 bilhões em 2009.

De acordo com o levantamento, os fatores que contribuíram para esse avanço foram a utilização de tecnologia de ponta, o lançamento constante de novos produtos e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. E, de fato, nos últimos 15 anos, as oportunidades de trabalho na linha dos cosméticos seguiram o crescimento médio de 5,1% na indústria; 7,3% no segmento de franquias; e 10% nas vendas diretas por meio de consultoras.

Seguindo a dinâmica do crescimento protagonizado pela indústria da beleza, as brasileiras Natura e O Boticário não param de evoluir no mercado externo, por meio de lojas de varejo, venda direta em domicílio ou realizada por consultoras. A rede O Boticário está representada em dez países. São mil pontos de venda e 70 lojas espalhadas por Estados Unidos, Jordânia, Malásia, Japão, Arábia Saudita, Portugal, Colômbia e Venezuela. A Natura, outra gigante do segmento, registrou, de acordo com resulta-

Lilieks

dos divulgados pela empresa, lucro líquido de R$ 191,5 milhões no segundo trimestre de 2010, valor 13,8% superior ao do mesmo período de 2009 resultado deve-se, em grande medida, às operações externas na Argentina, no Chile, no Peru e na Colômbia, além da atuação por meio de distribuidores na Bolívia, América Central e França.

**PRONTAS PARA EXPORTAR –** Em termos de crescimento de mercado, houve também aumento significativo na quantidade de novas empresas de cosméticos: os números atuais revelam 1.659 novos empreendimentos, 14 deles de grande porte. A escalada dessas novas empresas deve-se aos esforços que muitas passaram a adotar para entrar em consonância com as regras do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

"Ainda enfrentamos a dificuldade de fazer que as empresas em situação irregular atentem para as vantagens de trabalhar na regularidade sanitária, um dos maiores entraves enfrentados pelo setor", afirma a coordenadora nacional da carteira de projetos de cosméticos do Sebrae, Regina Diniz. Segundo ela, o Sebrae já conseguiu tirar 50 empresas da informalidade na cidade de Salvador, por exemplo. "Eram empresas que contrariavam a lei, não possuíam o registro da Anvisa e nem tampouco instruções sobre como atuar no mercado, apenas geravam prejuízos para a economia brasileira. Mas hoje, graças ao auxílio do Sebrae, produzem de acordo com a lei e estão preparadas para o mercado de exportação".

Nesse ponto, as novas empresas participantes do programa *Beautycare Brazil* – como Lacqua di Fiori, Nunaat, Biolab, Tricofort e Soft Hair – fecharam o ano de 2009 com crescimento de 15,27%, passando de US$ 80 milhões em 2008 para US$ 93 milhões no ano passado. O programa é gerenciado pela Abihpec em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico das novas empresas no mercado externo.

De acordo com o presidente da Abihpec, João Carlos Basílio, o programa *Beautycare Brazil* pretende, nos anos 2010 e 2011, pavimentar a chegada de outras novas empresas brasileiras a Angola, Arábia Saudita, Colômbia, Moçambique e Peru.

Basílio afirma que "o trabalho atual da entidade está voltado para superar a casa dos US$ 700 milhões em exportações e continuar impulsionando o crescimento do setor". Ainda segundo ele, "as empresas que surgem anualmente no mercado são atores de grande importância para o desenvolvimento do mercado".

O professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli explica que o aumento das exportações e o crescimento do número de novas empresas de cosméticos são o resultado mais puro do excelente momento por que vem passando a economia brasileira. "É interessante fazer um paralelo entre a indústria de cosméticos e o aumento nos números por procura e por realizações de cirurgias plásticas estéticas no Brasil e no mundo. Isso só mostra que, enquanto houver preocupação com a aparência física, essa expansão tende a continuar", completa.

Martin Walls

Ciro Leal M. Da Cunha:

*Terrorismo Internacional e Política Externa Brasileira Após o 11 de Setembro* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 216 p.; ISBN: 978-85-7631-190-4)

Originário de um trabalho de conclusão do Mestrado em Diplomacia pelo IRBr, este livro expõe e analisa as diretrizes e ações do governo brasileiro com respeito à temática do terrorismo, depois que este se converteu (legitimamente) na preocupação número um dos Estados Unidos (e de vários outros países, também). O Brasil, por falta de ameaças visíveis nessa área, atribui importância menor ao tema e opõe-se, em princípio, a medidas coercitivas, preferindo atuar nas causas subjacentes – supostamente um problema de injustiça em determinadas áreas e regiões – e basicamente por meio da cooperação. Em outros termos, o Brasil é contrário ao uso da força em qualquer circunstância, mesmo no caso do terrorismo, insistindo na tese genérica da manutenção do multilateralismo, o que pode ser problemático, como evidenciado nos casos da Colômbia e do Oriente Médio, onde a via do diálogo tem se mostrado basicamente insuficiente, por vezes ineficiente.

Rômulo Figueira Neves:

*Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, 152 p.; ISBN 978.85.7631.192-8)

Outro trabalho de conclusão do Mestrado em Diplomacia pelo IRBr, o livro repassa a longa trajetória de peripécias políticas de nosso vizinho andino, para retomar, num importante capítulo, os episódios da história recente de construção de um regime *sui generis* liderado pelo caudilho bolivariano. O sistema atual – que como os anteriores se baseia no rentismo petrolífero, uma verdadeira maldição tanto para a Venezuela como para outros países, acomodados numa riqueza mineral – se caracteriza pela baixa produtividade, pela presença dos militares (que aliás é tradicional na vida do país, retirando-se o período 1958-1999, ainda assim incluindo uma tentativa de golpe, pelo mesmo Chávez, em 1992), pelo bolivarismo mítico (talvez até doentio) e pela radicalização dos discursos políticos (o que é evidente, com a divisão completa da sociedade venezuelana). O futuro, provavelmente, reserva novas doses de violência política num país que promete revolucionar não apenas o cenário doméstico, mas o próprio Mercosul. *Quosque tandem*?

Marcelo Cid:
*Os Unicórnios*
(Rio de Janeiro : Sete Letras, 2010, 168 p.; ISBN: 978-85-7577-637-7)

A solução encontrada pelo "herói" deste livro para remediar ao desaparecimento de sua biblioteca num incêndio exemplar não deve ser recomendada aos verdadeiros amantes desses pouco obscuros objetos de cobiça: constituir uma nova biblioteca inteiramente a partir de livros roubados, mas seletivamente (o que talvez introduza um pouco de razão na loucura do larápio bibliófilo e bibliomaníaco). Por acaso esse professor universitário se torna o principal assessor intelectual de uma pequena editora, e sai em busca do manuscrito "clássico inédito" (sic), vislumbrado em possíveis poemas desconhecidos do poeta simbolista francês Arthur Rimbaud. Os unicórnios são como Pilatos no credo, simples sobreviventes do incêndio, testemunhas mudas da trajetória singular do ladrão de livros (sempre por amor, claro).

Fernando Cacciatore de Garcia:
*Fronteira Iluminada: História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio* Grande do Sul, a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)
(Porto Alegre: Sulina, 2010, 330+16 p.; ISBN: 978-85-205-0555-7)

Uma obra destinada a superar os clássicos de história das fronteiras, pelo menos no que se refere à fixação dos limites meridionais do Brasil, ainda antes que a nação tivesse sua atual conformação geográfica. Uma pesquisa minuciosa, uma escrita saborosa, ilustrações e mapas originais, uma edição cuidadosa, que honra as melhores tradições de historiadores e escritores diplomáticos. Na verdade, trata-se bem mais que uma simples história dos conflitos lindeiros entre espanhóis e portugueses, ou entre brasileiros e uruguaios; é uma história política do extremo sul, onde o povo optou por ser brasileiro, quando poderia ter sido autônomo (e certamente teria motivos para afirmar sua independência, pelo menos intelectual). Uma bibliografia exaustiva confirma o imenso volume de documentos e relatos historiográficos consultados pelo autor, nesta construção primorosa, ela mesma iluminada.

# Expediente


**DIRETORIA DA ADB**
Embaixador Guy M. Castro Brandão – Presidente
Ministro Paulo Roberto de Almeida – Vice-presidente executivo
Ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho – Diretor
Conselheira Maria Sílvia Barbin Laurindo – Diretora
Secretária Fernanda Magalhães Lamego – Diretora
Secretário Sérgio Carvalho de Toledo Barros – Diretor
Secretário Fábio Cereda Cordeiro – Diretor

**CONSELHO FISCAL**
Embaixador Oswaldo Biato
Embaixador Sérgio Fernando Guarischi Bath
Embaixador Luiz Orlando Carone Gélio

**SECRETARIADO DA ADB**
Gerente Administrativo: Térsio Arcúrio
Assistente Administrativa: Jacqueline Francisca da Cruz

**ADB**
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XVII – nº 70
Edição Julho/Agosto/Setembro de 2010 – ISSN 0104-8503

**CONSELHO EDITORIAL**
Guy M. de Castro Brandão
Paulo Roberto de Almeida
Sérgio Carvalho de Toledo Barros
Fernanda Magalhães Lamego

**REPORTAGEM**
Lívia Barreto e Wemerson Santos

**EDIÇÃO**
Patrícia Cunegundes

**REVISÃO**
Cecília Fujita e Joíra Coelho

**PROJETO GRÁFICO**
Fabrício Martins e Wagner Ulisses

**CAPA E DIAGRAMAÇÃO**
Fabrício Martins

**IMPRESSÃO**
Gráfica Athalaia

**TIRAGEM**
3 mil exemplares

liberdade de expressão
agência e assessoria de comunicação
Diretora responsável
Patrícia Cunegundes
(61) 3349 2561

ADB – Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores – Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 – Brasília – Brasil
Fones: (61) 3411 6950 e 3224 8022 Fax: (61) 3322 0504
www.adb.org.br – e-mail: adb.diplomatas@gmail.com